



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo
Gabinete do Presidente

Discurso de Sua Exceléncia o Presidente do Governo Regional dos Açores na Cerimónia de Tomada de Posse da Presidência das RUP Martinica, 31 de Outubro de 2003

Assumo hoje, aqui, neste bela ilha da Martinica, a Presidência da Conferência de Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, consciente da importância e da complexidade das tarefas com que todos nós seremos confrontados no próximo futuro.

Sucedo, nesta responsabilidade, ao presidente Marie-Jeanne - personalidade marcante que, neste último ano, contribuiu, com grande eficiência e empenhamento, para a defesa e afirmação dos interesses do espaço ultraperiférico europeu. Presto-lhe, por isso, interpretando fielmente o sentir dos meus colegas, a justa homenagem, que é devida à sua competência, ao seu carácter e à sua frontalidade, por todos reconhecidos.

A nossa organização comemorará no próximo ano dez anos de existência. Tal facto, só por si, representa que o que somos tinha, tem e terá sempre razão de ser. Apesar de sermos todos - presidentes e colaboradores - amigos, não somos simplesmente um grupo de amigos, mas sim amigos de um grupo: um grupo de sete regiões e de cerca de três milhões de cidadãos, que partilham o projecto europeu com a mesma paixão dos que o vivem nos centros geográficos ou de decisão no continente europeu; de cidadãos que, tal como estes últimos, têm direitos e deveres proporcionais às suas necessidades e às suas possibilidades; de regiões que querem dar e receber, segundo o princípio da coesão económica, social e territorial e da equidade.

A Ultraperiferia é, agora, uma realidade mais consolidada no seio da União Europeia, mas ainda não é o que deveria nem sequer o que poderia ser.

Neste momento de profundo debate sobre os fundamentos, o modo de funcionamento e os propósitos da Europa do futuro, as Regiões Ultraperiféricas atravessam, elas próprias, um processo decisivo de reposicionamento estratégico e de reafirmação da sua vontade colectiva.

Hoje, quase dez anos depois de Point-a-Pitre (obs.: capital do arquipélago de Guadalupe), sabemos bem por onde queremos ir e sabemos que queremos percorrer esse caminho em conjunto, comungando os problemas e os desafios, mas também o debate e a procura de soluções.

Continuamos a ser sete regiões, de três Estados Membros, posicionadas geograficamente em três áreas distintas do globo, mas isso não nos impedi, nem nos impede, de sermos um só interlocutor europeu, sempre que



necessário. As preocupações comuns têm sempre forjado a unidade que transforma em forças as nossas fraquezas.

Foi assim que chegamos até aqui e terá de ser assim que enfrentaremos um calendário europeu bastante intenso e exigente.

Um planeamento cuidado e devidamente estruturado do nosso trabalho em conjunto, assente numa definição clara das prioridades de acção, dos meios a empregar e dos métodos a utilizar, é, pois, de vital importância, como foi, de resto, reconhecido pela Conferência de Presidentes que agora termina.

Só assim poderemos mostrar aos outros aquilo que temos já como adquirido: que a nossa existência, enquanto grupo de regiões europeias com preocupações comuns, tem vindo a permitir uma melhor solução dos nossos problemas e um maior contributo para o projecto Europeu.

E esta não é uma questão de menor importância. Pelo contrário, na presente fase de desenvolvimento do nosso processo de cooperação, impõe-se que a nossa mensagem chegue a todos que connosco interagem, desde as instituições comunitárias às administrações nacionais e regionais, dos actuais aos futuros Estados Membros, dos nossos parceiros europeus às nossas opiniões públicas.

Torna-se indispensável, nesta fase de reconstituição dos poderes e orientações da União Europeia, e perante a proximidade da actuação dos titulares de cargos decisores, afirmar a perenidade e a credibilidade do conceito e da realidade ultraperiféricas, divulgando e fixando doutrina e não a fazendo perigar face a tentativas ilegítimas de adulteração do seu espaço, dimensão e localização geográficas.

Porém, a par dessa consolidação, as nossas regiões não só podem, como devem, ser veículos de expressão de cooperação em múltiplos domínios com outras regiões e países por razões de proximidade ou de interesses estratégicos próprios do desenvolvimento de cada uma delas. Acontece assim com a Martinica, a Guadalupe e a Guiana no espaço Caraíbas, acontece assim com a Reunião no Oceano Índico, e acontece também connosco, com as Canárias e com a Madeira no espaço da Macaronésia, que engloba ainda o arquipélago de Cabo Verde.

Por sua vez, a União Europeia deve facilitar o apoio a esses actos de cooperação, que só a beneficiam na sua projecção e alargamento das fronteiras da sua influência.

Mas, a solidificação da credibilidade das Regiões Ultraperiféricas na União Europeia requer, também, que, para além do conhecimento geral dos seus handicaps permanentes ditados pela distância e pequena dimensão,



procedarmos a uma deteção criteriosa, região a região, sector a sector, caso a caso, dos reais, concretos e inultrapassáveis sobre custos da nossa condição.

Pelo seu lado, a credibilidade do projecto global europeu nas nossas regiões tem que melhorar, exigindo-se uma aplicação das políticas comuns com as correspondentes modulações. Ou seja, as especificidades constitucionalmente protegidas correspondem a tratamentos específicos igualmente protegidos. É e será inaceitável que assim seja às segundas, quartas e sextas, e possa não ser assim às terças, quintas e sábados.

Como já referiu o Comissário Barnier - também ele uma personalidade a quem as nossas regiões muito devem - “a política regional é das melhores políticas da União Europeia e não é arcaica nem está ultrapassada”. A Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas tem o dever de defender essa política e os meios de o realizar na Europa. Meios financeiros e medidas de política.

As nossas regiões querem que nelas se favoreça o crescimento e não a manutenção artificial, que se respeite as suas escassas vocações produtivas porque em nenhum caso elas representam uma dimensão económica que afecte os equilíbrios e regras da dimensão económica europeia. E todos nós desejamos que, paralelamente, os apoios que nos cheguem e as excepcionalidades que se imponham não descurem a promoção da diversificação das nossas actividades geradoras de riqueza, o aumento da produtividade, a especialização e a qualidade, aproveitando-se todos os nichos de competitividade.

Desejaria, assim, que, nos próximos anos, além de um período de aprofundamento do nosso trabalho conjunto, concretizaremos um marco decisivo na credibilidade da nossa projecção institucional e pública, concretizando também a Resolução que a este respeito preparamos nesta Conferência.

Pela minha parte, interpreto a condição de Presidente da Conferência de Presidentes das Regiões Ultraperiféricas como um lugar de representação dos vossos e dos nossos interesses. Sou o que todas as Regiões dizem ser. Agirei em consequência do que todas as nossas regiões quiserem ser.

Tal como referiu o presidente Verges, serei igualmente o portador da nossa mensagem, enquanto membro do Bureau Político da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa em representação das RUP.

Todos queremos também ser parte integrante do melhor do ideal europeu – de um modelo de desenvolvimento equitativo e solidário, com uma forte dimensão social e uma valorização das diferenças que em união engrandecem a Europa.

Disse. Muito Obrigado.